



SAÚDE

# Caiado entrega o Cora, maior obra de sua gestão

É um dos mais modernos complexos de combate ao câncer infantil do Brasil. A unidade já realizou mais de 2 mil atendimentos desde junho, quando entrou em funcionamento.

Página 8

CULTURA

Goiânia recebe ópera com artistas no Basileu França



A montagem da ópera Orfeo ed Euridice reúne 103 artistas, entre solistas, coristas e músicos. **Página 12**



ANO 38 - Nº 1.812 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 28 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 2025  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ESCOLA

Evasão no ensino médio reduz, mas ainda é alto



12,1% dos jovens estão em atraso de dois anos ou mais. O maior gargalo aparece no 1º ano, com 14,3%. **Página 11**

ENTREVISTA

JOSÉ DÉLIO JR

Prefeito de Hidrolândia e presidente da AGM

## “A salvação dos municípios são as emendas impositivas”

José Délio Jr. defende maior protagonismo das administrações locais no orçamento público e alerta para os riscos de colapso fiscal em diversas cidades. **Páginas 4,5**



ANÁPOLIS

Divulgação



## “Lei João Victor” é aprovada na Câmara

Nova legislação impõe regras mais rígidas para ordenamento da fiação em postes.

**Página 10**

CÂMARA

## Vereadores querem pente-fino em doações de áreas



Parlamentares defendem uma auditoria diante de denúncias de descumprimento das finalidades e de indícios de negociação irregular de terrenos.

**Página 9**

TRIBUNA POLÍTICA

Vice de Daniel pode ser um evangélico  
Euler Morais diz ainda que Daniel Vilela deve participar da escolha do vice, assim como Caiado.

**Página 3**

ALEGO

Seminário discute PEC da Segurança  
Texto fortalece o papel da União na coordenação das políticas e no combate ao crime organizado.

**Página 7**

HERIVELTO NUNES

Instabilidade ameaça acesso do Goiás  
A “gordura” acumulada já acabou e time ainda está bem posicionado graças às derrotas dos adversários.

**Página 12**

## EDITORIAL

Um refúgio de  
esperança em Goiás

Em tempos em que o sistema público de saúde brasileiro enfrenta tantos desafios, a inauguração do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora) representa um marco não apenas para a medicina, mas para a dignidade humana. Primeira unidade pública do Estado dedicada exclusivamente à oncologia pediátrica, o Cora une tecnologia de ponta e, acima de tudo, acolhimento humanizado, elemento tão essencial quando se trata de crianças e adolescentes enfrentando o câncer.

Tratar câncer já é, por si só, um processo doloroso. Quando o paciente é uma criança, cada passo precisa ser mais do que técnico, precisa ser humano. No Cora, esse princípio é levado a sério. Com ambientes lúdicos, equipes treinadas para se comunicar com empatia e uma estrutura que respeita a infância, o hospital não só cuida da doença, mas também preserva a esperança e a dignidade dos pequenos pacientes e de suas famílias.

O atendimento 100% via SUS mostra que é possível, sim, oferecer excelência sem exclusão. São mais de 2 mil procedimentos realizados em apenas três meses, com tecnologia de última geração aplicada desde diagnósticos até cirurgias e reabilitação. Porém, é no carinho dos profissionais, na escuta atenta, nas brinquedotecas e no conforto dos acompanhantes que reside o verdadeiro diferencial do Cora.

Famílias que antes precisavam se deslocar para outros estados agora encontram amparo em solo goiano. O Cora é, portanto, mais do que um hospital: é um símbolo de como o poder público, quando aliado à competência e à sensibilidade, pode transformar dor em esperança. Inaugurado pelo governador Ronaldo Caiado no dia de seu aniversário de 76 anos, o Cora foi inspirado no Hospital do Amor, de Barretos (SP).

Que o exemplo de Goiás inspire todo o Brasil. Porque o câncer fragiliza, mas o cuidado humanizado fortalece.

## ARTIGO

## O barato que sai caro

Na construção civil, cada decisão de compra ou locação de equipamentos pode definir o futuro de uma obra: do prazo de entrega à segurança dos trabalhadores. Um conceito que ganha força no setor, mas que ainda encontra resistência, é o do Custo Total de Propriedade (TCO, da sigla em inglês Total Cost of Ownership). Trata-se de uma análise que vai além do preço de compra, incorporando todas as variáveis ligadas ao ciclo de vida de um ativo: instalação, treinamento, manutenção, depreciação, desativação ou substituição.

Na prática, considerar o

TCO significa avaliar se o equipamento escolhido vai realmente gerar economia ou se trará dores de cabeça futuras. Já presenciei obras que optaram por equipamentos mais baratos e acabaram acumulando prejuízos: manutenções emergenciais, mão de obra parada, gastos extras com transporte, segurança e, não raramente, riscos de acidentes. Um dos casos que vivi ocorreu em Belo Horizonte, quando a tentativa de economizar na desmontagem de andaimes fachadeiros resultou em desmoronamento, risco para trabalhadores e passantes, além de prejuízo ao construtor.

Erros comuns, como comparações superficiais entre preço de compra e locação, desconsideram fatores estratégicos: capital retido, falta de equipe experiente para manutenção, custos de estoque e armazenamento, risco de roubo, entre outros. O resultado é muitas vezes um investimento que compromete prazos e qualidade da obra, aumentando custos de forma invisível.

A segurança também é um ponto crucial na equação do TCO. A escolha correta de andaimes e balancins, por exemplo, deve priorizar normas técnicas, experiência da equipe de instalação e

manutenção, e condições específicas de cada obra, como terreno, tipo de fachada, altura do prédio e serviço a ser executado. Trabalho em altura não é lugar para improviso. Economizar aqui é colocar vidas em risco.

Ao adotar o TCO, construtoras passam a analisar de forma criteriosa o investimento, considerando projeções de 1 a 10 anos e privilegiando qualidade, durabilidade, segurança e produtividade. O resultado é uma obra mais rápida, com menor custo de manutenção, equipe satisfeita e entrega dentro do cronograma. Percebo uma mudança cultural no setor: hoje, muitos

já enxergam o valor agregado de um equipamento de qualidade, confiabilidade do fornecedor e segurança para a equipe. No final, o barato que parecia vantagem à primeira vista costuma sair muito caro.



Renato Rick, presidente do Sinpol-GO



Leonardo Passos da Costa - Administrador de empresas e engenheiro civil, sócio diretor da Locabrasilmt

## ARTIGO

Só concurso não resolve: a urgente necessidade  
de valorização do Policial Civil

Nos últimos anos, a Polícia Civil do Estado de Goiás recebeu um importante reforço em seus quadros: quase mil novos policiais civis tomaram posse, a maioria agentes, escrivães e papiloscopistas. A conquista veio após um processo longo e rigoroso, com provas objetivas e discursivas, exames médicos e físicos, avaliação psicológica, investigação social e um curso de formação de mais de três meses. Ou seja, o Estado exigiu dos candidatos elevado nível de preparo técnico, físico e moral.

Diante de tamanha exigência, o esperado seria que esses profissionais construíssem uma carreira duradoura. Mas a realidade é outra. A Polícia Civil goiana amarga o rótulo de pior carreira da Segurança Pública no Estado, com salários inferiores aos de policiais militares, penais, bombeiros e até da Polícia Científica. No cenário nacional, já esteve entre as mais valorizadas, chegando à segunda colocação no ranking das polícias civis do Brasil. Hoje,

caiu para a 15ª posição.

Essa desvalorização tem um efeito direto: a evasão precoce. Só no concurso mais recente, finalizado em 2024, estima-se que 40% dos novos policiais já deixaram a instituição ou se preparam para sair, aprovados em certames mais atrativos em Goiás e em outros estados. O resultado é inverso: o Estado investe pesado na formação de profissionais altamente qualificados, mas perde esse capital humano em pouco tempo.

Em vez de enfrentar a raiz do problema, que é a desvalorização histórica da carreira, o governo insiste em apenas realizar novos concursos. Esse caminho alimenta um ciclo vicioso: gasta-se milhões na seleção, formação e estruturação de servidores, mas não se garante condições para sua permanência. O resultado é previsível: novas baixas, novas despesas, novos concursos.

Enquanto não houver uma política séria de valorização que corrija distor-



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e  
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO  
em sintonia com você. Escreva para:  
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Tribuna Política

Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

# Daniel deve participar da escolha do vice, que pode ser um evangélico

Divulgação



## PL tenta salvar Gayer da cassação

O próprio presidente do partido, Valdemar Costa Neto, assina o requerimento que pede a suspensão da ação penal apresentada pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD) por calúnia, difamação e injúria contra Gustavo Gayer. O argumento é o artigo 53 da Constituição, que prevê a possibilidade de sustação de processos criminais instaurados contra parlamentares após a diplomação, desde que aprovado pela Câmara. O STF já considerou inaplicável a imunidade parlamentar no caso. A Câmara terá 45 dias para responder ao pedido.

## Expediente beneficiou Ramagem

Em abril, o PL conseguiu beneficiar o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) na ação penal do golpe usando o artigo 53. Foram suspensos os crimes cometidos depois que Ramagem se tornou deputado, a partir de 14 de maio e até o fim do mandato dele.

## Herança maldita

Esta semana, na abertura da Feira da Indústria e Comércio do Aparecida é Show, o prefeito de Aparecida, Leandro Vilela, fez questão de reafirmar a situação financeira em que encontrou o município, o que impediu a prefeitura de patrocinar o evento. Segundo o prefeito, a gestão anterior, de Vilmar Mariano, deixou R\$ 500 milhões de dívidas. "Em dois anos, deixaram a cidade em um verdadeiro caos. Isso porque o Gustavo Mendanha tinha deixado R\$ 317 milhões em caixa, gastaram 317 milhões que estavam em caixa e deixaram 500 de dívida."

## Superávit

Na prestação de contas feita à Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, na sexta-feira, 26, Leandro Vilela revelou que já quitou R\$ 307 milhões das dívidas herdadas. Afirmou que o município se encontra com superávit mesmo diante das dificuldades financeiras enfrentadas pela cidade.

A afirmação é do assessor especial emedebista Euler Morais, uma das pessoas mais próximas de Daniel Vilela (MDB). "Sem dúvida, esse processo passa por um bom diálogo entre o Daniel e o governador. Tem que haver uma boa sintonia." Ele admite que há muitos nomes cotados, dos mais diversos segmentos e regiões, e que a escolha deve recair em um candidato que aumente a representatividade da chapa. "Nós temos um enfoque regional, que pode pesar na escolha, seja da região Sudoeste ou do Entorno de Brasília, que tem uma densidade eleitoral importante; seja

segmentos como, por exemplo, o evangélico, que tem sido lembrado também. Acho que o governador e o Daniel vão ponderar muito essas questões. Evidentemente precisa ser um nome estreitamente vinculado aos dois." Em relação à composição partidária da chapa majoritária, Euler só descarta o MDB para a vice. "Temos que levar em conta a composição partidária que vai resultar de todo esse processo. O próprio União Brasil tem possibilidade de indicar o nome, por ser relacionado ao governador, porque ele tem um projeto nacional, precisa ser fortalecido aqui no Estado também."

Divulgação



Apesar de a primeira vaga do Senado ser do União Brasil, a princípio de Gracinha Caiado, não é apenas Euler Morais que acredita que o vice deva ser da mesma legenda. O prefeito José Délio Jr., presidente da AGM, também defende que o vice seja do União Brasil.

## Sem conversa

Em recente entrevista à Tribuna do Planalto, o senador Vanderlan Cardoso voltou a comentar sobre o interesse de Gustavo Mendanha de sair candidato ao Senado. "Se ele quiser até ser candidato a governador pode, depende de viabilizar." Todavia, essa conversa se deu lá atrás, antes da filiação de Gustavo ao PSD. De lá pra cá, eles não mais conversaram. "Até mesmo porque todas as vezes que eu chamei para ir no encontro nacional do partido, ele tinha outra agenda; no encontro do PSD Mulher, aqui da região metropolitana, ele estava com outra agenda. Eu tenho feito a minha parte. Estamos aguardando também os atores que vão vir para o PSD, porque ele veio para ajudar a formar chapas também, de estadual, de federal."

## PSD já definiu o rumo

No anúncio que o presidente da legenda, Gilberto Kassab, fez sobre os rumos que o partido já definiu para eleição de 2026, ele enumerou as prioridades: apoiar Tarcísio Freitas (Republicanos), segunda opção, Ratinho Jr. (PSD), e se não der certo, Eduardo Leite (PSB). Não citou Caiado. Gustavo Mendanha condicionou a ida para o PSD ao apoio a Caiado.

## Iris Rezende 1

O prefeito Sandro Mabel sancionou a lei que muda o nome do Residencial São Geraldo para Bairro Iris Rezende Machado. A proposta é do vereador Willian Veloso e presta homenagem ao ex-prefeito, ex-governador e ex-ministro, figura marcante da política goiana.

## Iris Rezende 2

A Prefeitura de Goiânia realizou uma edição especial do Goiânia + Humana: Mutirão Para Todos, em homenagem a Iris Rezende. A ação, feita em parceria com o Instituto Iris Rezende Machado, levou diversos serviços públicos à Região Norte da capital.

## Iris Rezende 3

O mutirão foi realizado no primeiro conjunto habitacional acessível de Goiânia, construído há 20 anos em parceria com a Adfego. Moradores destacaram a importância do projeto, que garante autonomia a pessoas com deficiência. "Temos gratidão por esse cuidado", disse Manuel de Souza.



### Indiciado

o homem que chamou a deputada federal Silve Alves de "prostituta" e "vagabunda" pelos crimes de ameaça, injúria de gênero e violência política de gênero.



### As penas

podem chegar a reclusão de 1 a 4 anos, além de multa, por ter cometido o crime pela internet, que facilita a disseminação das ofensas.



### Aliás,

a ausência da deputada foi sentida na Inauguração do Cora. Até a votação da PEC da Blindagem, Silve sempre participou das agendas de Ronaldo e Gracinha Caiado

JOSÉ DELIO JR

# “A salvação dos municípios são as emendas impositivas”

Andréia Bahia  
Lucas de Godoi

## TRIBUNA DO PLANALTO

Quando assumiu a AGM, afirmou que sua gestão seria pautada pela descentralização. Além da criação da diretoria do Entorno de Goiânia, quais outras foram criadas?

## JOSÉ DÉLIO JR.

Nós tínhamos um propósito, de restabelecer a força da AGM, que é a entidade municipalista mais antiga do estado de Goiás, com 67 anos de existência. Criamos diretorias descentralizadas em todas as regiões do estado, Norte, Entorno de Goiânia, Entorno do DF, Região Sul, Sudeste, Sudoeste, Vale do Araguaia, entre outras. Nós também conseguimos fazer algo inédito, que foi a filiação dos 246 municípios do estado. Todos hoje são filiados à entidade, tornando-a cada vez mais forte, mais robusta. E continuamos lutando pela pauta municipalista, pela redução da carga tributária e pela questão dos impostos, que a cada dia são alterados em Brasília, prejudicando os municípios, como é o caso da Reforma Tributária e da isenção do Imposto de Renda. Estamos nessa luta de parceria, mostrando aos prefeitos e aos secretários o intuito da entidade, que é de fortalecer a cidade, que é onde o povo mora, onde o povo vive e onde a vida acontece de fato.

**AGM e FGM eram entidades que representavam prefeitos de situação e oposição ao governo estadual. Agora, ambas apoiam o governo. Justifica a existência de duas entidades representando os municípios?**

Na verdade, AGM tem 67 anos e FGM 24 anos, mas são entidades que se complementam. Nós temos uma boa parceria e uma, às vezes, tem uma equipe técnica na área ambiental melhor que a outra; a outra, na parte tributária; uma tem cursos, a outra é mais um apoio dos prefeitos. Depende do ponto de vista. Eu entendo que uma complementa a outra, e temos um propósito não



**J**osé Délio Jr

**Prefeito de Hidrolândia e presidente da AGM**

**N**esta entrevista exclusiva, o prefeito de Hidrolândia e presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), José Délio Jr., expõe os principais desafios enfrentados pelos municípios goianos, especialmente no que se refere ao financiamento de serviços públicos essenciais, como saúde e infraestrutura.

político, mas educativo, um propósito de auxiliar os prefeitos e aos seus gestores municipais nessas pautas que têm atrapalhado muito a vida do povo.

**A AGM conta com 100% dos municípios goianos filiados, enquanto a FGM tem apenas 70. O que explica essa diferença?**

Quando eu assumi, faltavam 22 municípios. Eu fui atrás de cada um deles, mostrando o nosso propósito, a nossa vontade de acertar. Mas

eu acredito que a FGM também é uma entidade forte e, pela idade dela, ela tem um grande percentual de filiados. Eu não tenho dúvidas que os prefeitos gostam de ambas as entidades e temos trabalhado de maneira conjunta em várias ações.

**O projeto AGM na sua Cidade já percorreu mais de 60 municípios com a intenção de fazer uma ponte entre as demandas dos municípios e os órgãos estaduais. Quais são as principais demandas?**

*tura. Com visão crítica sobre o pacto federativo, ele defende maior protagonismo das administrações locais no orçamento público e alerta para os riscos de colapso fiscal em diversas cidades. Délio também comenta sobre as parcerias com o governo estadual, a atuação da AGM, o papel das emendas impositivas e projeta seu futuro político.*

A principal demanda hoje, além da receita, da falta de recursos, que é uma pauta federal que temos trabalhado, é a questão dos resíduos sólidos. Estamos fazendo encontros semanais com a Secretaria de Meio Ambiente, a Semad, com a presença da secretária Andrea Vulcanis, na sede das entidades. A primeira semana foi na AGM, a segunda foi na FGM, e semana que vem será na AGM de novo, nas quais temos trabalhado no sentido de criar uma relação de proximidade para a secretaria ter

conhecimento sobre essa questão dos resíduos sólidos, que é o encerramento dos lixões e o cumprimento do marco regulatório, entre outros aspectos, que têm afetado muito os municípios, especialmente os pequenos, que

**“A principal demanda hoje, além da receita, da falta de recursos, que é uma pauta federal que temos trabalhado, é a questão dos resíduos sólidos”**

não conseguem bancar o custo de transporte e transbordo de lixo.

**Qual é a situação dos municípios goianos em relação aos lixões?**

O estado era o 25º e hoje está entre os 10 melhores no avanço da questão dos resíduos sólidos, mas ainda temos um passo a caminhar e o Estado tem sinalizado que vai fazer uma parceria com os municípios para resolver de maneira célere e definitiva esse problema do fim dos lixões.

**O estudo da Firjan mostra melhora no cenário fiscal dos municípios goianos em 2024, mas ainda com fragilidades. Como o senhor avalia a situação real das finanças municipais em Goiás hoje?**

Falta dinheiro para investimento. A cada dia os municípios têm sido penalizados e nós só estamos cumprindo a obrigação legal de folha. Precisamos muito trabalhar para ter mais capacidade de investimento porque os municípios precisam fazer obra. Agora, para tampar um buraco, para pintar um meio-fio, eu tenho que pedir ajuda. Estamos apenas ocupando cargos sem poder fazer a diferença. E esse não é o intuito.

**Alguns prefeitos mencionam que para fazer até pequenas intervenções têm que ficar atrás de deputados, solicitando emendas impositivas. O caminho tem sido esse, via parlamento?**

Hoje a única salvação de investimento são as emendas impositivas, porque a cada dia os orçamentos estão mais comprometidos. O governo federal vem tirando dos municípios recursos, como no caso da Reforma Tributária e a isenção do Imposto de Renda, que também vem assolar a vida dos municípios.

**Quais municípios goianos estão em situação mais confortável e quais ainda enfrentam maiores dificuldades?**

O município hoje que tem condições de sobrevivência é aquela que ainda tem uma receita própria melhor, que tem uma atividade de mineração ou uma grande empresa. Os demais estão todos assolados, no fundo do poço.

**Essa pequena melhora fiscal apontada pela Firjan é fruto de gestão ou apenas reflexo da conjuntura econômica favorável?**

O governo de direita ou de esquerda, em nível federal, não prioriza muito os municípios. Temos que ser honestos em dizer que a cada dia estão fazendo favor com o chapéu alheio. Isenção de Imposto de Renda tira dos municípios no FPM e no Imposto de Renda retido na fonte. Reforma tributária tirou o ISS dos municípios e o ICMS dos estados, que 25% era dos municípios. Então fazendo favores com o chapéu dos municípios, que é onde o povo mora.

**E compromete a autonomia das cidades?**

Claro, muda a vida dos municípios para pior. E ficamos à mercê cada dia mais.

**O que que mais caiu, a participação da União ou do Estado por meio de financiamentos, de programas e repasses?**

Hoje o que mais afeta a nossa vida é a falta de repasse do FPM subir. O Fundo de Participação dos Municípios é formado pelo Imposto de Renda e IPI, e são os dois impostos que mais ganham isenção na história. Vamos supor que a inflação é 5,6%, e o FPM está dando 4%, 5%. Tinha que crescer acima da inflação. E vêm várias coisas, falta de contagem populacional, porque é de acordo com o Censo e o Censo está defasado. Este ano era para ter

contagem populacional e não teve porque não querem pagar. A cada dia a dificuldade aumenta ainda mais.

**A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou levantamento que aponta um cenário crítico no financiamento da saúde municipal. Os municípios estão bancando quase 60% dos gastos em saúde, quando a responsabilidade deveria ser compartilhada com estados e União. Essa realidade também se confirma em Goiás?**

Tem município que chega a mais de 50%, porque a realidade é o seguinte, tudo aperta no município. Quem não acha o Estado e não acha a União, acha os municípios. O governo do Estado tem nos ajudado muito na questão dos recapamentos, das casas populares, da patrulha mecanizada, é o que tem nos aliviado. E acaba que, na saúde, temos que, a cada dia, injetar mais recursos. Por quê? Porque a população está lá batendo na nossa porta.

**“ Não pretendo me candidatar em 2026, não tenho essa vontade, entendo que tenho que cumprir as missões que me foram impostas pela eleição ”**

**O senhor defende mudanças no pacto federativo para redistribuir melhor os recursos da saúde?**

Diversas mudanças.

**Que medidas poderiam aliviar a sobrecarga financeira sobre os municípios?**

O que precisa é que nós tenhamos mais força dentro do Orçamento, porque todos os programas federais são geridos pelos municípios. Para você ter ideia, o PSF, criado pelo Fernando Henrique, hoje chamado ESS, tem 23 anos de existência e 23 anos de defasagem. Nunca foi feita a correção do programa federal. Quem tem que fazer a complementação da UBS do bairro do cidadão? O município, de um programa que é federal. Hoje o pacto federativo está totalmente invertido. É aquele dis-



Fotos: Divulgação

curso que o ex-presidente (Jair Bolsonaro) também não deu conta, que era mais Brasil, menos Brasília.

**A AGM tem algum levantamento próprio sobre essa situação da saúde fiscal dos municípios goianos hoje?**

Pesquisa recente, não. Temos a CNM e sabemos que a cada dia está aumentando ainda mais a dificuldade dos municípios.

**Quais são as principais demandas da associação junto ao governo estadual e ao governo federal neste momento?**

Hoje, o grande problema é o Imposto de Renda, que vai ter a isenção e nós somos contra e queremos recompensa, porque vamos perder no Imposto de Renda retido na fonte. O servidor que recolhe Imposto de Renda e retém na fonte, esse imposto é do município. Ele não é da União. E, além disso, a questão da cota do Imposto de Renda que contribui para o FPM e vamos perder. A questão do ISS, que estamos perdendo porque, criando o IBS, nós não vamos ter mais autonomia e dos programas federais, que não estão sendo atualizados. Nenhum tipo de programa federal sofre atualização e nós temos que estar bancando e complementando.

**Em relação a essas perdas orçamentárias, como que o governo federal tem recebido essas demandas das entidades?**

Nós estamos apertando o Congresso, apertando o governo, mas até agora, ainda nada. A nossa bancada tem sido solícita, dos deputados e dos senadores, mas também sozinho não consegue.

**Outra demanda dos municípios seria em relação aos precatórios. Como é que estão as tratativas dessa matéria?**

É o famoso balãozinho. A PEC 66, que hoje é PEC 136, veio só postergar um pouco da dívida pública e dar fôlego para o município, porque ele estava engessado. Hoje tem limitações. Dependendo da sua receita corrente, o município pode pagar de 1% a 5% do valor da receita em precatório para sobrar dinheiro para pelo menos pagar a folha. Na verdade, não injetou dinheiro no município, foi simplesmente um fôlego a mais para que o prefeito tenha mais prazo e pagar de uma forma menor uma dívida que ele que herdou, não foi ele que fez.

**Há risco de colapso em algum serviço público de alguns municípios, caso não haja essas mudanças de financiamento? Como é que o senhor enxerga o fechamento desse ano fiscal?**

Estamos em média de 30% dos municípios que não estão conseguindo fechar o ano no azul. Esses municípios estão passando por dificuldades, prefeitos cortando na pele, para ter condições de governabilidade, pelo menos manter aquilo básico. E eu entendo que se não melhorar e não tivermos um apoio significativo, vamos colapsar em alguns pontos e vai chegar ao ponto de o município não ter condições de ter remédio na prateleira.

**O senhor foi reeleito prefeito em Hidrolândia, de modo que não poderá concorrer para o mesmo cargo. Quais são os projetos políticos do senhor?**

Eu fui o vereador mais jovem da história do município, fui reeleito mais votado, fui eleito o prefeito mais jovem, agora reeleito candidato único na maior cidade de candidatura única. Tenho 36 anos apenas e sou advogado de profissão. Eu gosto de política, estou na entidade porque entendo um pouco, conheço a realidade que vivem os municípios, e, embora

com pouca idade, já estou no meu quarto mandato consecutivo, sempre vitorioso. Mas qual é a situação? Eu penso que em 2030 terei condições de somar um pouco mais com o Estado e até mesmo com a minha própria cidade no futuro. Não pretendo me candidatar em 2026, não tenho essa vontade, entendendo que tenho que cumprir as missões que me foram impostas pela eleição e a população me deu e eu tenho tranquilidade e maturidade para esperar a hora certa de poder contribuir ainda mais para o estado.

**“ O governo federal de direita ou de esquerda não prioriza muito os municípios e a cada dia estão fazendo mais favor com o chapéu alheio.”**

**Como vê o processo de escolha da vice e da vaga de senador na chapa majoritária?**

Entendo que o governador Ronaldo Caiado está bem avaliado, tem uma popularidade e vai conseguir transmitir isso para o Daniel Vilela. A gente vê isso com os prefeitos e sabe que ele vai ter condições reais de dar 90% dos prefeitos ao Daniel Vilela pelo apoio que deram aos municípios. Por esse motivo, ele vai ser a pessoa que vai escolher esse vice, eu creio que esse vice saia do União Brasil e ele tem o know-how e a participação nessa escolha preponderante, 100% vai passar nas mãos dele. É um nome que ainda não se sabe e ele está analisando o que vai fechar o melhor contexto e o que mais vai poder somar ao estado. Eu entendo, em Goiás, os municípios ainda estão bem. Eu costumo dizer que nós estamos na UTI e que a adrenalina para continuar vivo é o governo do estado que está nos dando. A disputa para o Senado tem a Gracinha Caiado como favorita e a segunda vaga o governador vai trabalhar por uma composição. Não sei se veria um PL ou outra sigla partidária.

## KALUNGAS

## TJ-GO viabiliza obras para comunidade

Centro de Turismo e armazém comunitário foram construídos com verbas de prestação pecuniária

Divulgação



**Centro de Apoio ao Turista no Complexo do Prata e Armazém Comunitário Vão do Moleque darão mais autonomia aos quilombolas**

Carla Borges

Sem alarde, ao estilo de seu presidente, desembargador Leandro Crispim, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) viabilizou a construção de duas importantes obras que vão repercutir em maior autonomia para a comunidade Kalunga, no município de Cavalcante. Na quarta-feira (24), foram inaugurados o Centro de Apoio ao Turista no Complexo do Prata, para exploração na área que reúne sete cachoeiras, e o Armazém Comunitário Vão do Moleque, que permitirá a venda da produção agrícola e artesanal das 300 famílias que vivem no local.

As obras foram construídas com verbas oriundas de prestação pecuniária repassadas para a Associação Quilombola Kalunga (ACK) e Associação do Vão do Moleque. São recursos provenientes do pagamento em dinheiro de uma pena restritiva de direitos, aplicada como medida alternativa à prisão em crimes de menor potencial ofensivo. Além de proporcionar oportunidade de maior receita para a comunidade quilombola, representam um resgate e o reconhecimento dos direitos desses descendentes de africanos escravizados.

As obras inauguradas vão beneficiar cerca de 8,4 mil pessoas que vivem no território. A área do Complexo do Prata, que vinha sendo ocupada por um particular foi, por meio de decisão da Justiça Federal, devolvida à comunidade Kalunga, que agora passa a explorar o turismo e utilizar a receita em benefício das comunidades. O Armazém, por sua vez, fomentará diretamente a economia de pelo menos 300 famílias que vivem na região do Vão do Moleque, a maior

comunidade quilombola Kalunga.

“Agradeço a comunidade Kalunga por nos conceder essa oportunidade de podermos ajudar, fazer coisas boas. A gente está fazendo uma plantação aqui, que vai ser uma colheita para o futuro”, afirmou Crispim. “Que este local se transforme em uma comunidade ecológica, que curte a natureza e aproveite essa riqueza que está aí, que vai gerar muita receita, para ajudar no desenvolvimento de toda a comunidade Kalunga”.

## RAÍZES KALUNGAS

O projeto Raízes Kalungas movimentou toda a semana em Cavalcante e municípios vizinhos, com várias atividades, que envolveram magistrados e dezenas de servidores no atendimento da comunidade. Entre elas, palestras voltadas ao fortalecimento da rede de proteção às mulheres em situação de violência, que contou também com representantes de áreas da saúde, segurança pública, educação e assistência social.

Em outra frente, foram realizadas palestras educativas sobre prevenção ao abuso e à exploração sexual e ao bullying nas escolas dos municípios de Teresina de Goiás e Cavalcante. Também foram disponibilizados atendimentos de apoio jurídico e social para idosos.

Um dos pontos altos da programação foi o casamento comunitário que reuniu 49 casais, iniciativa que transformou a feira coberta da cidade em um grande salão de festa, com direito a decoração, mesa de doces, jantar coletivo e bênçãos ecumênicas. Entre os noivos estará a juíza da comarca, Isabela Rebouças Maia, que decidiu oficializar sua união no mesmo altar que os moradores da comunidade em que atua.

## Tribuna Jurídica

CARLA BORGES  
carlazenborges@gmail.com



## Gari de Goiânia será indenizada por falta de banheiro

A 8ª Turma do TST condenou a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) a pagar indenização de R\$ 5 mil a uma trabalhadora de limpeza urbana de Goiânia por não fornecer instalações sanitárias e para alimentação durante o serviço nas ruas. A decisão segue o entendimento consolidado do TST de que essa omissão desrespeita os padrões mínimos de higiene e segurança do trabalho.

## Trabalhadora alegou tratamento desumano

Na reclamação, a gari disse que a empresa forçava os empregados a fazerem necessidades fisiológicas em locais inadequados, como mato ou terrenos baldios, e a comer em condições precárias. Segundo ela, a situação não caracterizava apenas uma infração trabalhista, mas tratamento desumano e afrontoso à sua dignidade. A Comurg, em sua defesa, sustentou que tinha mais de 50

pontos de apoio com banheiros femininos e masculinos, bebedouro e local para troca de uniformes.

## Pedido foi negado

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) julgaram a ação improcedente. Para o TRT, o trabalho de limpeza urbana tem natureza itinerante, com deslocamento constante em vias públicas. Por isso, não seria razoável exigir que a empresa forneça banheiros.

## TST tem tese vinculante sobre o tema

O ministro Sergio Pinto Martins, relator do recurso de revista da empregada, lembrou que o TST, em fevereiro deste ano, fixou a tese vinculante (Tema 54) de que a falta de instalações sanitárias adequadas e de local apropriado para alimentação a quem exerce atividades externas de limpeza de áreas públicas autoriza a condenação do empregador ao pagamento de indenização por danos morais.

## Juízes e promotores fiscalizados

Os Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP) já têm prontas minutas de resoluções que reforçam a obrigatoriedade de juízes e membros do MP residirem nas comarcas ou localidades em que atuam. As propostas foram apresentadas com o objetivo de regulamentar o exercício presencial das funções jurisdicionais e ministeriais, limitando hipóteses excepcionais de residência fora da sede.

## Residência na comarca

As resoluções preveem que juízes e promotores devem residir na comarca e vedam a realização habitual de audiências e atendimentos remotos sem autorização da Corregedoria. O comparecimento mínimo deve ser de quatro dias por semana na sede da comarca, sem direito a ressarcimento de despesas. O descumprimento pode configurar falha funcional grave.

## Geolocalização

Ambas as resoluções preveem que a fiscalização ficará a cargo das corregedorias, que deverão usar painéis de inteligência e geolocalização para acompanhar a presença física de magistrados e promotores nas comarcas.



## Direitos Humanos

O juiz Gabriel Consiglieri Lessa, titular da Vara da Fazenda Pública Estadual de Anápolis e respondente pela comarca de Goianápolis, conquistou destaque nacional ao vencer a 14ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, na categoria Trabalhos dos Magistrados (foto), pelo projeto “Vez e Voz”. O projeto foi implementado na Unidade Prisional Regional de Goianápolis com o objetivo de erradicar a violência, o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ privadas de liberdade.



Apesar do custo pessoal de seus ministros, e o desgaste de decidir as questões mais divisivas da sociedade brasileira, o Supremo Tribunal Federal cumpriu, e bem, assim penso eu, o seu papel de preservar o Estado de Direito e de promover os direitos fundamentais



Luís Roberto Barroso, em seu discurso de despedida da Presidência do STF

ALEGO

# Seminário discute PEC da Segurança Pública e seus impactos no país

Parlamentares e autoridades debateram as mudanças propostas, como a criação de um Sistema Único de Segurança Pública

Arthur Oliveira\*

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) sediou, nesta quarta-feira (24), um debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2025, conhecida como "PEC da Segurança Pública". O seminário, idealizado pelo deputado federal Ismael Alexandrino (PSD-GO), reuniu autoridades federais, estaduais e municipais no Auditório Carlos Vieira do Palácio Maguito Vilela para discutir os rumos da

segurança pública no Brasil.

A proposta tem como objetivo principal a reformulação da segurança pública no Brasil, a partir do fortalecimento do papel da União na coordenação das políticas e no combate ao crime organizado. Entre as mudanças previstas, destacam-se a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com a previsão à União da competência para coordenar o Sistema Penitenciário; além de ampliação das atribuições da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A PEC inclui o Susp, hoje previsto na Lei nº 13.675/2018, no texto da Constituição Federal (CF). A intenção é garantir maior respaldo ao sistema para reforçar a atuação integrada entre os órgãos de segurança em nível federal, estadual e municipal, além de garantir à União papel central na coordenação e formulação das políticas nacionais para a área. Por outro lado, os estados e os municípios ganham competências mais claras na execução dessas políticas em suas respectivas

jurisdições.

De acordo com a proposta, a PRF terá seu papel expandido com atribuições para patrulhamento ostensivo de rodovias, ferrovias e hidrovias federais. Já as competências da PF serão ampliadas para permitir a investigação de organizações criminosas e milícias com repercussão interestadual ou internacional, além de certos crimes ambientais.

Ismael Alexandrino, que é vice-presidente da comissão especial responsável pela análise da proposta na Câmara dos Deputados, afirmou que o texto deve responder a uma das maiores demandas da população brasileira. "Segurança é hoje uma das principais preocupações dos cidadãos. Queremos garantir orçamento fixo, combater o crime organizado dentro e fora dos presídios, fortalecer a autonomia dos estados e estruturar as forças sem sobreposição", explicou.

O governador Ronaldo Caiado (UB) criticou a proposta e classificou-a como uma ameaça à autonomia estadual. "Assim que conheci o teor dessa PEC, iniciei

uma caminhada pelo Brasil para alertar que o texto não tem nada de constitucional. Se não agirmos, corremos o risco de ver o país se transformar em um narcoestado", disse.

Entre as vozes da segurança pública, o secretário estadual Renato Brum ressaltou a importância da discussão: "Esse debate impacta todos os integrantes das forças. Por isso, reunimos aqui os comandantes estaduais e federais." Já o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), defendeu a inclusão da Polícia Técnico-Científica no artigo 144 da Constituição, como forma de reconhecer seu papel essencial na preservação da ordem pública.

O diretor da Polícia Penal Federal, Marcelo Stona, chamou atenção para o papel estratégico do sistema prisional. "O presídio é tanto o fim quanto o início, porque todos os detentos retornam à sociedade. É nesse ciclo que precisamos de políticas eficazes", afirmou.

Do lado do Governo Federal, o secretário nacional de Justiça e Segurança Pública em exercício,

Rodney Silva, avaliou que a PEC precisa diferenciar comando e coordenação. "O comando deve permanecer com os governadores. Já a coordenação pode ser nacional, mas sem confundir papéis. Também é fundamental blindar os fundos de segurança contra contingenciamento", observou.

Parlamentares de outros estados também participaram. A deputada Delegada Ione (Avante-MG) se posicionou contra a proposta, alegando que ela "fere o pacto federativo e concentra competências indevidas na União". Para ela, a União deve apoiar, e não impor.

O seminário ainda recebeu contribuições de técnicos e juristas. O subprocurador da Alego, Iure de Castro, sugeriu que a PEC contemple benefícios aos servidores de segurança pública. "Esses profissionais saem de casa sem saber se voltam. É hora de valorizar cada homem e mulher que protege a sociedade", disse.

\*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

**esperança**

**Cora. Um presente de Goiás para todos os goianos.**

**A esperança está de casa nova. O Cora está pronto e funcionando.**

O CORA, o maior e mais moderno complexo de combate ao câncer infantil, acaba de ser entregue. Com tecnologia de ponta e assistência completa para pacientes e familiares, ele já realizou centenas de atendimentos. Um hospital que transforma a jornada das famílias goianas, aproximando a medicina oncológica de referência com o cuidado que devolve a esperança e salva vidas.

- Mais de R\$ 255 milhões em investimentos
- 44 mil m<sup>2</sup> de área construída
- Obras em tempo recorde: 25 meses
- Transplante de Medula Óssea

**CORA** **GOIÁS**

## SAÚDE

# Caiado entrega o Cora, maior obra de sua gestão

Fotos: Secom

“Estamos dando aula de humanização na saúde”, diz governador sobre hospital, que é um dos mais modernos complexos de combate ao câncer infantil do Brasil. Unidade já realizou mais de 2 mil atendimentos desde junho, quando entrou em funcionamento

## Da Redação

O governador Ronaldo Caiado inaugurou, nesta quinta-feira (25/9), o Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora). Maior obra da atual gestão, a unidade é um dos mais modernos hospitais de combate ao câncer infantil do Brasil. Desde junho, quando entrou em funcionamento, o número de atendimentos passa de 2 mil. “Aqui, as crianças são tratadas no padrão dos melhores hospitais particulares do mundo, mas pelo SUS. Estamos dando uma aula de humanização na saúde”, disse o chefe do executivo goiano.

“Entregamos esperança para as crianças, e a perspectiva de ter sua doença curada, porque este hospital tem o melhor nível do ponto de vista científico e traz o que existe de mais inovador em tecnologia”, continuou. “O Cora está atendendo desde 7 de junho. Em dois meses e 15 dias, são mais de 200 cirurgias feitas, mais de 500 consultas e internações. Mostra a demanda represada de crianças humildes que não tinham para onde ir, e nem recursos para mudarem para Barretos ou Brasília. [...] E não temos limite de atendimento: é o que determina no SUS. Ou seja, para toda a população brasileira”.

Caiado definiu a entrega do hospital como a realização de um sonho e uma espécie de presente, já que faz 76 anos nesta data. “Nunca tive um aniversário que me completasse tanto quanto este. Posso dizer que, como governador e médico, tenho certeza que cumpri com o que esperava fazer no governo, e com o que Deus espera dos homens e mulheres de bem desse nosso Estado”, afirmou.

O Cora já está mudando vidas. Há menos de uma semana, a paciente Nayara Pereira realizou a última sessão de quimioterapia, e recebeu alta.

“Estamos indo para casa com o coração cheio de alegria e esperança. Deixo uma palavra para cada mãezinha que está aqui: tenha fé, acredite”, disse Nayara Pereira, mãe da criança recuperada. Ela comentou, ainda, que a qualidade do corpo clínico e da estrutura do complexo “está fazendo a diferença na vida de várias crianças”, a exemplo do tratamento de sua própria filha.

A coordenadora do Goiás Social e primeira-dama do Estado, Gracinha Caiado, afirmou que o Cora é um legado de dedicação à vida, e que marcará Goiás por muitas gerações. “Essa obra é muito mais do que paredes, leitos ou equipamentos. O Cora é a tradução do amor que Ronaldo Caiado tem pelo Estado e, sobretudo, pelo povo mais vulnerável. Um ato tão grandioso de amor como esse só podia resultar em esperança, vitória e futuro”, observou. “Que cada criança e família que passe por este hospital, sinta o cuidado de cada um que colaborou para que esse sonho se tornasse realidade”.

O vice-governador Daniel Vilela frisou que a solenidade representou um marco para a



**Entrega do Cora é maior realização do governo de Ronaldo Caiado, iniciado em 2019**

medicina goiana. “Havia muitas crianças invisíveis para o sistema de saúde na área de oncologia. E muitas não tinham acesso a nenhum tipo de serviço de combate ao câncer. Então, é algo muito impactante”. O evento reuniu dezenas de autoridades, entre prefeitos, deputados, senadores e especialistas da saúde.

## NÚMEROS E PERFIL

O Cora foi construído em tempo recorde, num prazo de 25 meses entre o anúncio e a inauguração. Para tanto, contou com um modelo inovador de contratação, compartilhado entre o Estado e o terceiro setor. A assinatura da ordem de serviço foi em fevereiro de 2023, e todo o processo conta com acompanhamento rigoroso dos órgãos de controle. O Governo de Goiás investiu R\$ 192,7 milhões na estrutura e R\$ 63,2 milhões em equipamentos.

Inspirado no modelo do Hospital de Amor, em Barretos (SP), reconhecido internacionalmente pela assistência integral e humanizada, o Cora é gerido pela Fundação Pio XII, a mesma responsável pela unidade paulista. “Eu ando o Brasil inteiro, passei por 20 estados do país e não vi nenhum governo oferecer o que Ronaldo está oferecendo (para Goiás). É completo, é dignidade para as pessoas, para as famílias”, comentou o diretor-geral do Cora, Henrique Prata.

Segundo Prata, de tão preparado, em apenas 60 dias o hospital atendeu o que era esperado para ocorrer num período de seis meses. O complexo recebe pacientes de 0 a 17 anos (e de 18 a 23 anos com câncer ósseo), via Sistema Único de Saúde (SUS). Desde que entrou em operação, em junho, diagnosticou e iniciou o tratamento de 119 casos de câncer; realizou 225 cirurgias

e 181 internações. Também contabiliza 526 consultas médicas e 926 atendimentos multiprofissionais em diferentes áreas da saúde, como nutrição, fisioterapia e psicologia.

“Para ser encaminhado ao Cora, não precisa ter um diagnóstico confirmado. A gente vai fazer todos os exames para confirmar o diagnóstico aqui também. O paciente é regulado, então, se procurar a atenção primária, alguma unidade de saúde, [em caso de suspeita de câncer] será encaminhado para este hospital”, explicou o secretário de Estado da Saúde, Rasível dos Reis.

O Cora oferece 60 leitos, incluindo UTI, centro cirúrgico, central de transplante de medula óssea e um avançado sistema de filtragem do ar. São realizados exames laboratoriais, análises patológicas, ressonâncias, tomografias, ultrassons, hemodiálise, transfusões e outros procedimentos, com funcionamento 24 horas por dia. O custeio mensal de toda a estrutura é estimado em R\$ 6,8 milhões.

## “HUMANIDADE E COMPROMISSO”

Na coletiva de imprensa que antecedeu a inauguração, o governador Ronaldo Caiado lembrou as dificuldades desde a ideia da construção, passando pela conquista da cessão do terreno, localizado às margens da BR-153, da pandemia e do custeio da construção, inteiramente financiado pelo tesouro estadual. “Esta obra não é um caixote, como alguns citaram. Ela é vida, humanidade, compromisso”, pontuou o governador.



IMÓVEIS

# Câmara quer fazer pente-fino em cessões e doações de áreas públicas

Fotos: Divulgação



**Projeto busca revogar cessão de área de 1.500 metros, no Setor Coimbra**

Defesa de parlamentares por auditoria em terrenos cedidos e doados vem na esteira da revogação de uma área no Setor Coimbra

Lucas de Godoi

Vereadores de Goiânia querem revisar as cessões e doações de áreas públicas, após aprovarem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a revogação da lei que desde 1966 garantia terreno no Setor Coimbra à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (Labre). O debate, na última quarta-feira (24), expôs o interesse de parlamentares em abrir uma auditoria sobre o patrimônio imobiliário do município, diante de denúncias de descumprimento das finalidades e de indícios de negociação irregular de terrenos.

O responsável por trazer a pauta foi o vereador Pedro Azulão Jr. (MDB), presidente da Comissão de Habitação, Urbanismo e Ordenamento Urbano da Câmara Municipal de Goiânia. Ele afirma que, após anos sem uso, uma área na Rua do Rádio Amador, no Setor Coimbra, foi vendida para uma incorporadora por R\$ 2 milhões. "Eu tenho até as escrituras, foi trezentos e poucos mil em dinheiro e cinco salas comerciais da incorporadora".

O vereador destaca à Tribuna do Planalto que já acompanha outros casos em bairros como Jardim Atlântico, Recanto do Bosque e Estrela Dalva, além de terrenos à disposição de clubes de futebol que não estariam sendo usados conforme previsto.

Azulão rejeita que a iniciativa tenha viés político e afirma ver a ação como positiva para a cidade, capaz de marcar um legado para o mandato. "Quando devolver duas, três áreas para a prefeitura, o restante que não está sendo utilizado, o cara vai morrer de medo", aponta à reportagem.

"O problema é que, sempre que a gente entra nisso, estão pensando que a gente está entrando para fazer negócio. Então, sobre isso, zero de negócio e 100% para tentar devolver essas áreas para o Município", enfatiza o vereador.

A matéria ainda precisa passar por votações no plenário antes de ser enviada ao



**Área foi vendida por R\$ 2 milhões, denuncia vereador**

Paço para apreciação do prefeito Sandro Mabel (UB). Para que a área retorne, o município ainda deverá tomar medidas legais adicionais.

REVISÃO

Durante a sessão, vereadores levantaram a necessidade

de fiscalizar as doações realizadas nas últimas décadas. O relator Léo José (SD) destacou que o bairro convive com carência de equipamentos públicos e defendeu a retomada de áreas doadas de forma "arbitrária".

Bruno Diniz (MDB) refor-

çou a necessidade de uma auditoria ampla: "Temos que passar um pente-fino nessas doações feitas pelo município. Muitas irregularidades, com certeza, vão ser encontradas".

FISCALIZAÇÃO

Líder do prefeito, Wellington Bessa (DC), que é advogado e professor de Direito, chamou atenção para a falta de fiscalização, já que a lei original previa prazo de dois anos para construção da sede, com possibilidade de revogação em caso de descumprimento.

Também advogado, William Veloso (PL) fez interpretação similar e desaprovou a venda da área após anos em desuso. "Não resta alternativa senão a revogação dessa doação", argumentou.

Defensora do terceiro setor, Daniela da Gilka (PRTB) ponderou que as doações podem ser legítimas, desde que cumpram função social: "Sou a favor de doação para entidade que faça um bom trabalho".

SEM RESPOSTA

A Tribuna do Planalto solicitou posicionamento da Prefeitura de Goiânia sobre a tendência de revisão no uso do patrimônio imobiliário do município e questionou se esses atos integram uma política mais ampla de reavaliação das doações e cessões de áreas públicas, mas a administração não respondeu.

A reportagem procurou a Labre desde quarta-feira (24) e foi informada, nesta sexta-feira (26), de que o Jurídico da entidade ainda preparava uma resposta, não enviada até o fechamento desta edição.

## Revogação de Mabel a cessão dá contorno a debates sobre áreas públicas

A Prefeitura de Goiânia publicou nesta semana ato em que o prefeito Sandro Mabel (UB) rescindiu a cessão de um terreno à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO). O espaço, localizado no Residencial Itamaracá e com cerca de 1,5 mil metros quadrados, havia sido cedido em 2018 e hoje abriga a Defesa Civil municipal.

O termo de rescisão, inicia-

do em 2022, devolve oficialmente a posse ao município, ainda que o imóvel esteja em uso pela administração da capital há cerca de três anos.

Em nota, a SSP-GO confirma que a área, antes utilizada pela Polícia Militar, foi desocupada de forma voluntária em 2022 e as instalações foram transferidas para outro endereço. "Dessa forma, a rescisão formaliza a devolução ao município,

que já faz uso do espaço", destaca a pasta.

Embora tenha natureza administrativa, a decisão de Mabel se soma a uma linha de posicionamentos já defendidos pelo prefeito sobre o destino das áreas públicas de Goiânia.

Durante a campanha de 2024, o então pré-candidato se opôs ao projeto da gestão anterior de vender 48 terrenos para pagamento de precató-

rios.

Já no comando do Paço, em abril de 2025, Mabel criticou doações de caráter político. "Daqui a pouco alguém pede uma doação e, politicamente, acaba se doando e não vira nada. O município perde", disse ao jornal O Popular.

Na época, Sandro anunciou a criação de um fundo imobiliário municipal com 125 áreas públicas, que seriam cedidas a empreendimentos

privados em troca de cotas, garantindo ao município participação nos rendimentos e uma fonte permanente de receita. A Prefeitura ainda não informou sobre o avanço desse programa.

A reportagem procurou a assessoria de imprensa do prefeito para detalhar a atual política de gestão de áreas públicas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

## ANÁPOLIS

# “Lei João Victor” é aprovada na Câmara uma semana após acidente que matou criança

Allyne Laís

Nova legislação impõe regras mais rígidas para ordenamento da fiação em postes de Anápolis; tragédia acelerou ações do Executivo e do Legislativo

Carlos Nathan Sampaio

A comoção gerada pela morte de João Victor Gontijo Oliveira, de apenas 10 anos, levou a Prefeitura e a Câmara Municipal de Anápolis a adotarem medidas imediatas para evitar novas tragédias. Uma semana após o acidente que vitimou o menino, ocorrido no último dia 19 de setembro, foi aprovada a “Lei João Victor”, que estabelece novas regras para o ordenamento da fiação em postes utilizados por concessionárias de energia, telecomunicações, TV a cabo e internet.

A proposta foi aprovada por unanimidade na sessão extraordinária da última quinta-feira (25), no plenário Teotônio Vilela, e deve ser sancionada pelo prefeito Márcio Corrêa (PL) nesta semana. O texto cria mecanismos de fiscalização, obrigações mais claras e punições severas para empresas que deixarem cabos soltos, abandonados ou em situação de risco.

Entre os principais pontos, a lei prevê a retirada obrigatória de cabos inutilizados, definição de prazos para correção de irregularidades e aplicação de multas em caso de descumprimento. Além disso, determina que toda fiação de internet seja identificada de forma visível e acompanhada de um número de telefone, permitindo contato imediato em situações emergenciais.

Na justificativa enviada ao Legislativo, o prefeito destacou que o problema dos fios soltos não é exclusivo de Anápolis, mas comum em grandes centros urbanos, devido ao abandono de cabos após reparos ou substituições. Segundo ele, caberá ao Município notificar a concessionária de energia elétrica mesmo quando os fios não



**Vereadores em sessão extraordinária, na quinta-feira (25), que aprovou a Lei João Victor**

forem de sua responsabilidade. Nestes casos, a empresa terá 24 horas para comunicar o real responsável pela fiação e exigir providências.

Corrêa ressaltou ainda que a legislação anterior sobre o tema era “branda e incipiente”, sem eficácia prática para garantir a segurança da população. “O novo texto traz obrigações mais claras, prazos definidos e penalidades proporcionais, o que permitirá enfrentar o problema de forma efetiva”, afirmou.

Durante a tramitação, os vereadores também aprovaram uma emenda aditiva apresentada pela Comissão Mista. A alteração obriga a concessionária de energia a apresentar, no prazo de 15 dias, documentação, projetos, licenças e demais informações sempre que solicitado pelo Executivo. Para a presidente da Câmara, vereadora Andreia Rezende (Avante), a medida amplia a transparência e reforça a capacidade de fiscalização do poder público municipal.

## FRENTE PARLAMENTAR E MEDIDAS EMERGENCIAIS

Paralelamente ao processo legislativo, a Câmara Municipal

criou a Frente Parlamentar pela Fiação Segura, instalada oficialmente no dia 23 de setembro. O colegiado, presidido pelo vereador Jean Carlos (PL), foi formado com o objetivo de discutir soluções e fiscalizar a situação da rede de cabos em Anápolis.

A primeira reunião ocorreu no dia 24 e reuniu vereadores de diferentes partidos, reforçando o caráter suprapartidário da iniciativa. O grupo decidiu como prioridade a coleta de dados junto a concessionárias, Prefeitura e órgãos reguladores. Ofícios já foram encaminhados à Equatorial Energia, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, e a outras empresas de telecomunicações, solicitando informações sobre contratos de uso dos postes e equipes de fiscalização.

Também foram requisitados dados à Prefeitura sobre empresas de telefonia e internet legalmente constituídas na cidade e à Companhia Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) sobre limites de circulação de caminhões, já que veículos de grande porte podem danificar a rede. O Ministério Público de Goiás (MPGO) será convidado a acompanhar os trabalhos e participar de reuniões conjuntas

com representantes das concessionárias e do Executivo.

Para Jean Carlos, a Frente Parlamentar terá papel estratégico: “Vamos cobrar ações de fiscalização e monitoramento, identificar quem de fato está autorizado a utilizar os postes e se existe sublocação, além de avaliar o papel das agências reguladoras no contrato da Equatorial”.

## FISCALIZAÇÃO NAS RUAS

Enquanto o Legislativo avança com a Frente e novas leis, a Prefeitura também anunciou medidas emergenciais. Desde o início da semana, quatro equipes atuam diariamente na remoção de fios soltos em diferentes regiões da cidade. O prefeito Márcio Corrêa decretou situação de emergência e reforçou que não aceitará omissão das empresas responsáveis.

“A responsabilidade é da Equatorial, mas vemos a empresa tentando se esquivar. Atuaremos de forma firme para prevenir novas tragédias e reparar a família do João Victor”, afirmou o prefeito.

A concessionária, por sua vez, informou em nota que o fio envolvido no acidente era de telefonia e acabou energizado

após contato com a luminária de um poste. A empresa declarou ainda que equipes técnicas foram mobilizadas imediatamente para eliminar o risco na região.

A administração municipal orienta os moradores a denunciarem casos de fios soltos pelo aplicativo Conecta Anápolis ou pelo telefone 156. Segundo Corrêa, a fiscalização será permanente para garantir mais segurança nas ruas.

## MOBILIZAÇÃO APÓS A TRAGÉDIA

A morte de João Victor mobilizou não apenas familiares e amigos, mas toda a comunidade anapolina, que exigiu respostas rápidas das autoridades. O caso escancarou a vulnerabilidade da rede de fiação aérea e a necessidade de normas mais rígidas para empresas que utilizam a infraestrutura elétrica.

Com a sanção da Lei João Victor dada como certa, já que é um projeto do próprio prefeito, a instalação da Frente Parlamentar e as medidas emergenciais da Prefeitura, Anápolis dá um passo importante para que a prevenção evite novas tragédias e até mortes, como foi o caso de João Victor.





## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Instabilidade prolongada pode colocar em risco o acesso do Goiás

Depois de um primeiro turno impecável, o Goiás iniciou o retorno com uma oscilação técnica que pode colocar em risco sua classificação para disputar a série A em 2026. A "gordura" acumulada já acabou, o time ainda se mantém nas primeiras colocações graças aos resultados negativos dos adversários. Na segunda metade do segundo turno, o esmeraldino ainda não conseguiu entabular duas vitórias seguidas e jogou fora pontos importantes em partidas disputadas contra adversários posicionados nas últimas colocações da tabela de classificação.

O Goiás ainda tem dez jogos pela frente na Série B. Oito desses adversários brigam na parte de cima da tabela, sendo eles o Atlético Goianiense, o CRB, a Chapecoense, o Criciúma, o Athletico do Paraná, o Cuiabá, o Novorizontino e o Clube do Remo. Somente Volta Redonda e o Athletic brigam em outra faixa, a zona do rebaixamento. São todos jogos difíceis, mas no primeiro turno, o Goiás obteve bom desempenho contra essas equipes. O clube da Serrinha vive um momento de instabilidade, mas está demorando demais a sair da turbulência e com isso, vai perdendo pontos que certamente

Assistir jogo do time esmeraldino é ter a sensação de ver em campo um monte de jogadores sem compromisso, doidos para o jogo acabar, independente do resultado. Tanto faz ganhar ou perder. Será que na diretoria do Verdão ninguém percebe essa má vontade? A cada mal resultado tudo continua normal. Tantos pontos perdidos para times nas últimas posições na tabela de classificação, e está tudo bem? Já pararam para pensar o tamanho do prejuízo se o Goiás permanecer na série B? Com Hailé Pinheiro, Raimundo Queiroz ou Wagner Vilela no comando, essas situações jamais estariam acontecendo.

### Adson Batista, como a fênix, renasce de suas próprias cinzas

O presidente atleticano tem sido duramente criticado desde o ano passado.

Enquanto alguns dizem que Adson perdeu o entusiasmo com a presidência do Atlético, outros insinuam que o dirigente se cansou e quer respirar outros ares, na política talvez. O Atlético Goianiense foi rebaixado para a série B em 2024. Perdeu o tetracampeonato goiano e foi eliminado da Copa do Brasil pelo Retrô de Pernambuco, um time que foi rebaixado da série C para a D. E continuou mal no campeonato brasileiro.

Quando ninguém mais esperava, Adson Batista ressurgiu, como a Fênix, ave mitológica grega, conhecida por sua capacidade de renascer das próprias cinzas, simbolizando a imortalidade e a renovação. Teve a coragem de fazer uma profunda renovação no elenco atleticano, dispensando técnico e jogadores, contratando outros e montando novamente o time em pleno andamento do campeonato. Por incrível que possa parecer, deu certo.

O time, agora comandado por Rafael Lacerda, se acertou na competição, vem de vários jogos de invencibilidade, já sonha novamente com a possibilidade de chegar ao G4 e lutar por uma vaga na série A de 2026. É difícil, mas não impossível. Numa época do ano em que os bons jogadores naturalmente estão empregados, Adson ainda encontrou no mercado atletas como o meia Robert, o centroavante Lelé, o zagueiro Tito e o volante Ronald, que chegaram e mudaram o Atlético para muito melhor.



Adson Batista, como a Fênix, renascendo das próprias cinzas

farão falta no final do campeonato.

**Crise interminável** - Quais motivos estariam por trás da demorada oscilação do técnico do Goiás? Porque Wagner Mancini não consegue mais fazer esse time jogar um futebol convincente? O problema é na comissão técnica, nos jogadores ou na diretoria? Só o comando do Goiás pode detectar a origem dos problemas, mas que eles existem, não há dúvida. Por eliminação, podemos afirmar que não existem queixas de salários e premiações atrasadas, portanto, o ponto nevrálgico está em outro lugar.

Wagner Mancini é teimoso, escala errado e substitui pior. Insiste com jogadores improvisados, tendo atletas especialistas na posição. Mas seria o treinador a fonte dos descontentamentos, se é que eles existem? Pode ser. No campo das especulações, o que se comenta é que as contratações de Wellington Rato e Titi impactaram negativamente no elenco, por conta dos salários diferenciados dos dois em relação aos demais. Para piorar, Rato e Titi pouco acrescentaram em termos de qualificação técnica ao time esmeraldino.

A verdade é que o problema do Goiás, seja ele qual for, precisa ser conhecido e solucionado, enquanto o time ainda luta por uma vaga na parte de cima da tabela. Faltam dez rodadas, é pouco tempo para detectar problemas e tomar decisões acertadas. É preciso demitir Wagner Mancini? Não sei. É isso que a diretoria precisa descobrir e agir. É hora de saber como funciona a hierarquia no Goiás. O time não tem mais presidente, os diretores de futebol e executivo não possuem autonomia para tomar decisões importantes. Quem manda então?

Em tese, esperava-se que Paulo Rogério Pinheiro, ao ser eleito presidente do Conselho Deliberativo seria a voz forte no Goiás, mas se eleger e sumiu. Quando era presidente executivo, falava demais, muitas vezes era até inconveniente. Agora, não fala, nem toma providências. Sem comando, o Goiás pode descer a ladeira na tabela de classificação. O termômetro será o clássico contra o Atlético Goianiense na próxima terça-feira. Se perder, a situação de Wagner Mancini fica insustentável. Se não for demitido, é porque ninguém manda mesmo no Goiás.



Wagner Mancini já estaria desgastado com os jogadores?



Paulo Rogério, a voz de comando que falta ao Goiás

- ✓ Hugo Bravo foi rápido ao decidir pela demissão de Paulo Turra. Mais rápido ainda para anunciar a contratação de Umberto Louzer para seu lugar. Paulo Turra prometeu muito e entregou pouco.
- ✓ A pergunta que fica é: Umberto Louzer vem para terminar a temporada ou já inicia o planejamento para 2026, com o objetivo principal de subir o Vila para a série A? Em 2025 há pouco o que fazer.
- ✓ Melhor garantir a permanência na série B e pensar no ano que vem. Se o Mirassol está no G4 da Série A, podendo disputar uma Libertadores, por que o Vila não consegue?
- ✓ Mirassol é uma pequena cidade de 63 mil habitantes no interior de São Paulo. Os jogos do time da casa, com a bela campanha que faz, não levam mais que seis mil torcedores em média ao estádio.

Divulgação

## Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com



### Goiania recebe 1º Congresso FAUGO 2025 e fortalece automobilismo goiano no cenário nacional

Nos dias 10 e 11 de outubro, Goiânia será palco do 1º Congresso FAUGO 2025, promovido pela Federação Goiana de Automobilismo. O encontro, no SJ Premium, deve reunir cerca de 300 participantes entre pilotos, equipes, dirigentes e promotores. A programação inclui palestras, painéis e oficinas sobre kart, rally, arrancada e drift, além de workshops de marketing esportivo e formação de agentes técnicos em parceria com a Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA). A iniciativa busca consolidar Goiás como referência nacional no automobilismo, promovendo integração, capacitação e novas oportunidades para o setor.

### Cerrado Mundo Mágico leva dança gratuita a escolas de Goiás

A Giro8 Cia de Dança inicia a segunda edição do projeto "Dança nas Escolas", que leva gratuitamente o espetáculo Cerrado Mundo Mágico a instituições públicas de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Bela Vista de Goiás até novembro. A montagem une dança contemporânea e teatro em uma narrativa lúdica sobre a preservação do Cerrado, com acessibilidade em Libras e rodas de conversa, alcançando cerca de dez mil estudantes.

### Capital goiana recebe montagem de ópera com mais de 100 artistas no Basileu França

De 3 a 5 de outubro, o Teatro Basileu França recebe a montagem da ópera Orfeo ed Euridice, da Escola do Futuro em Artes Basileu França. A produção reúne 103 artistas, entre solistas, coristas, músicos da Orquestra Sinfônica Juvenil Pedro Ludovico Teixeira e bailarinos da Cia Jovem Basileu França, integrando canto lírico, dança e música sinfônica. A direção artística é de Eduardo Machado, com regência de Erick Félix e direção musical de Jackson Guedes.



### Claudia Raia apresenta comédia musical "Cenas da Menopausa" em Goiânia

A atriz Claudia Raia chega a Goiânia nos dias 3 e 4 de outubro com o espetáculo "Cenas da Menopausa", em curta temporada no Teatro Rio Vermelho. A comédia musical retrata, com humor e paródias de hits internacionais, os desafios da mulher na menopausa, através da protagonista Teresa e outros personagens interpretados por Claudia e pelo diretor Jarbas Homem de Mello. A peça já passou por Lisboa, Curitiba e São Paulo, conquistando público e despertando reflexões sobre o tema. Ingressos a partir de R\$ 75 estão disponíveis no Sympla e na bilheteria física.

Renam Christofolatti